

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**



Últimos andamentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão - 10/11/2023 12:27:46</li> <li>• Redistribuição - 13/05/2023 12:19:52</li> <li>• Decurso de Prazo - 29/09/2020 07:30:15</li> </ul>	
Interesse:	4ª Seção	
Situação:	Aguardando admissão	
Questão submetida a julgamento:	Discute-se a constitucionalidade do art. 7º da Lei 7.798/1989 ao equiparar atacadistas que operam com indústrias interdependentes a contribuintes do IPI.	
Tese Firmada:	Não informado	
Referência legislativa	Não informado	
Data da Admissão:	Data do Julgamento:	Data da Publicação do Acórdão:
Não informado	Não informado	Não informado
Tipo de suspensão:	Não informado	
Observação:		

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**



Últimos andamentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redistribuição - 17/09/2024 14:31:49</li> <li>• Conclusão - 17/09/2024 14:31:48</li> <li>• Remessa - 11/09/2024 18:37:13</li> </ul>	
Interesse:	4ª Seção	
Situação:	Aguardando admissão	
Questão submetida a julgamento:	Discute-se a extensão da quota-parte do Imposto de Renda cabível aos municípios no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios, em especial, quanto à afetação /vinculação pela União Federal de parte da receita auferida a tal título a fundos/programas federais.	
Tese Firmada:	Não informado	
Referência legislativa	Não informado	
Data da Admissão:	Data do Julgamento:	Data da Publicação do Acórdão:
Não informado	Não informado	Não informado
Tipo de suspensão:	Não informado	
Observação:		

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**





Últimos andamentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão - 09/11/2023 13:07:35</li> <li>• Petição - 09/11/2023 00:21:25</li> <li>• Expedição de documento - 24/10/2023 13:10:25</li> </ul>	
Interesse:	4ª Seção	
Situação:	Aguardando admissão	
Questão submetida a julgamento:	Discute-se a extensão da quota-parte do Imposto de Renda cabível aos municípios no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios, em especial, quanto à afetação /vinculação pela União Federal de parte da receita auferida a tal título a fundos/programas federais.	
Tese Firmada:	Não informado	
Referência legislativa	Não informado	
Data da Admissão:	Data do Julgamento:	Data da Publicação do Acórdão:
Não informado	Não informado	Não informado
Tipo de suspensão:	Não informado	
Observação:		

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**



Últimos andamentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expedição de documento - 28/10/2024 11:38:52</li> <li>• Para Julgamento - 28/10/2024 11:38:37</li> <li>• Conclusão - 20/08/2024 16:34:02</li> </ul>	
Interesse:	4ª Seção	
Situação:	Aguardando admissão	
Questão submetida a julgamento:	O objetivo é aferir: (i) se a propriedade da União sobre a gleba do Rio Anil, localizada na sede do Município de São Luís/MA, antecede a criação do conceito de ilha costeira e se, igualmente, tem amparo em título que remonta a título diverso daquela definição; (ii) se as respectivas terras estariam abarcadas no rol de bens já pertencentes à União, a teor do inciso I do art. 20 da Constituição Federal; (iii) se a mera edição dos Decretos nº 66.227/1970 e nº 71.206/1972 é idônea a corroborar aquela propriedade invocada pela União.	
Tese Firmada:	Não informado	
Referência legislativa	Decretos nº 66.227/1970 e nº 71.206/1972	
Data da Admissão:	Data do Julgamento:	Data da Publicação do Acórdão:
Não informado	Não informado	Não informado
Tipo de suspensão:	Não informado	
Observação:	Sessão de Julgamento Data: 27-11-2024 Horário: 14:00 Local: Plenário - 4ª seção	

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**



Últimos andamentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redistribuição - 25/07/2024 15:43:30</li> <li>• Conclusão - 25/07/2024 15:43:30</li> <li>• Documento - 24/07/2024 14:49:11</li> </ul>	
Interesse:	4ª Seção	
Situação:	Aguardando admissão	
Questão submetida a julgamento:	Discute-se acerca da aplicação e, por conseguinte, a amplitude dos artigos 3º, 4º e 6º do Decreto-Lei nº 288/67 (incidência tanto para operações internas na ZFM quanto para importação de país signatário do GATT); e se o art. 37 do Decreto-Lei nº 288/67 foi recepcionado pela Constituição da República de 1988 e se é vedado ou não o benefício fiscal dos arts. 3º, 4º e 6º em operações com combustíveis/lubrificantes/demais produtos derivados ou não de petróleo.	
Tese Firmada:	Não informado	
Referência legislativa	Artigos 3º, 4º e 6º do Decreto-Lei nº 288/67; art. 37 do Decreto-Lei nº 288/67	
Data da Admissão:	Data do Julgamento:	Data da Publicação do Acórdão:
Não informado	Não informado	Não informado
Tipo de suspensão:	Não informado	
Observação:		

**Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**





Últimos andamentos:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redistribuição - 04/12/2023 19:29:43</li> <li>• Conclusão - 04/12/2023 19:29:43</li> <li>• Mero expediente - 27/11/2023 18:51:48</li> </ul>	
Interesse:	4ª Seção	
Situação:	Aguardando admissão	
Questão submetida a julgamento:	Discute-se o deferimento ou indeferimento da petição inicial em virtude de ações judiciais com caráter predatório, cujo propósito é obter vantagens indevidas da construtora e da Caixa Econômica Federal no contexto dos programas sociais de habitação apoiados pelo Governo Federal.	
Tese Firmada:	Não informado	
Referência legislativa	Não informado	
Data da Admissão:	Data do Julgamento:	Data da Publicação do Acórdão:
Não informado	Não informado	Não informado
Tipo de suspensão:	Não informado	
Observação:		

